

CONTRIBUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Eixo Temático: 4

Viviane Reino de Jesus Cordova Olivo¹
Joseane Oliveira Luz²

RESUMO

Este artigo relata uma intervenção psicossocial do NEPSICO contra a violência sexual infantojuvenil em uma OSC do Planalto Catarinense. Realizado no contraturno escolar, o projeto destaca o papel fundamental do terceiro setor e da comunidade, em parceria com o Estado e a escola, na prevenção de abusos e na promoção da saúde mental.

Palavras-chave: Violência Sexual. Crianças. Adolescentes. Intervenção psicossocial. Escola

INTRODUÇÃO

A garantia dos direitos e a proteção integral da infância e da adolescência constituem deveres compartilhados entre a família, a sociedade e o Estado, conforme preconiza o Artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar do amparo legal, a violência sexual contra esse público persiste como uma grave violação dos direitos humanos, caracterizando-se por qualquer ato ou tentativa de cunho sexual mediante coerção, força ou ameaça (Childhood Brasil, 2022). Esse cenário se mostra alarmante no Brasil; dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) apontam uma alta prevalência de estupro de vulnerável, vitimando predominantemente meninas menores de 13 anos. No Planalto Catarinense, região onde este estudo se insere, o fenômeno se manifesta de forma contínua no território, demandando respostas urgentes e articuladas.

Diante dessa problemática, justifica-se a relevância de intervenções contínuas voltadas à prevenção e ao enfrentamento do abuso. Nesse contexto, a atuação do terceiro setor ganha centralidade: as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) desempenham um papel crucial no contraturno escolar, configurando-se como parceiros essenciais para a proteção de crianças em idade escolar. Mais do que ações pontuais, esses espaços promovem a conscientização, a autoproteção e o fortalecimento de vínculos afetivos e sociais.

A fim de contribuir para essa discussão, este trabalho tem como principal objetivo apresentar um relato de experiência de estágio desenvolvido por meio de um projeto de intervenção psicossocial vinculado ao Núcleo de Estágio e Pesquisa em Psicologia Social Comunitária (NEPSICO). A ação foi realizada com crianças e adolescentes de 06 a 13 anos, seus familiares e educadores sociais de uma OSC

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac e membro do Núcleo de Estágio e Pesquisa em Psicologia Social Comunitária (NEPSICO).

² Professora e Mestra Orientadora. Docente do Curso de Psicologia da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac e supervisora do NEPSICO.

Autor de correspondência: vivi.olivo@uniplaclages.edu.br

local, buscando articular o saber psicológico à prática comunitária e escolar na promoção da saúde mental e defesa dos direitos infanto-juvenis.

MATERIAIS E MÉTODOS OU METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência decorrente de uma intervenção psicossocial desenvolvida no âmbito do Núcleo de Estágio e Pesquisa em Psicologia Social Comunitária (NEPSICO). A intervenção foi realizada ao longo de um projeto de estágio com duração de um ano, adotando uma abordagem qualitativa e de cunho participativo.

O lócus da intervenção foi uma Organização da Sociedade Civil (OSC) situada no município de Lages, Santa Catarina, que atua em parceria com o poder público municipal na execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para famílias em situação de vulnerabilidade social. As ações abrangeram diferentes atores da instituição, divididos em quatro grupos distintos: a) crianças de 06 a 10 anos vinculadas ao SCFV; b) adolescentes de 11 a 13 anos vinculadas ao SCFV; c) familiares/responsáveis; e d) educadores sociais da instituição.

Como referencial metodológico para o acompanhamento e registro das atividades, utilizou-se a técnica de observação participante associada à escrita sistemática de diários de campo (Campos, Silva & Albuquerque, 2021). Os diários serviram como ferramenta reflexiva para registrar as dinâmicas, falas e percepções emergentes ao longo do processo.

As atividades teórico-práticas foram estruturadas por meio de rodas de conversa e oficinas lúdicas, utilizando como subsídio pedagógico e metodológico os materiais e diretrizes da Campanha Nacional "Faça Bonito" (2024), focada no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. A organização cronológica e o público-alvo de cada ação desenvolvida estão sintetizados na Tabela 1.

Tabela 1 - Síntese dos encontros realizados

Encontros	Público participante	Objetivos	A atividades desenvolvidas
1º Encontro	Adolescentes (11 a 13 anos)	Informar e conscientizar sobre violência sexual e a importância do dia 18 de maio.	Vídeo "18 de maio"; Roda de conversa sobre mitos e verdades; Oficina lúdica "Labirinto Disque 100".
2º Encontro	Crianças (06 a 10 anos)	Orientar e conscientizar sobre abuso e autoproteção de forma lúdica.	Leitura compartilhada do livro "Pipo e Fifi"; Desenho da pessoa de confiança; Bambolê Temático "Faça Bonito".
3º Encontro	Familiares / Pais	Conscientizar e informar sobre as formas de violência sexual e proteção no ambiente doméstico.	Palestra informativa; Roda de conversa; Dinâmica "Minha casa é proteção"; Bingo da Prevenção.
4º Encontro	Educadores	Oportunizar didáticas pedagógicas e alinhar encaminhamentos e escuta especializada.	Uso de slides e vídeos da campanha; Discussão sobre escuta especializada; Elaboração da caixainha "Conte um segredo aqui".

Fonte: As autoras (2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos diários de campo e dos registros da intervenção psicossocial permitiu mapear os impactos e as percepções dos participantes, revelando que a atuação do terceiro setor no contraturno cumpre um papel estratégico de barreira protetiva em territórios vulneráveis. O objetivo central de realizar ações de enfrentamento à violência sexual foi cumprido ao instrumentalizar o público-alvo com conceitos de consentimento, soberania corporal e canais de denúncia. Com o grupo de crianças (06 a 10 anos), a transposição da temática para a linguagem lúdica por meio do livro Pipo e Fifi e da dinâmica do Bambolê Temático superou o tabu do adultocentrismo. Os dados qualitativos evidenciaram que as crianças conseguiram categorizar com clareza a diferença entre o afeto seguro (toques permitidos) e o abuso (toques indesejados), identificando figuras de vinculação segura em suas rotinas, fator crítico para a revelação espontânea.

Com os adolescentes (11 a 13 anos), a dinâmica do labirinto interativo funcionou como espaço de desconstrução de mitos e culpabilizações. Os registros mostraram que muitos participantes desconheciam o funcionamento do Disque 100 e mantinham visões distorcidas sobre o abuso, frequentemente associando-o apenas a desconhecidos em espaços públicos. O debate permitiu o fortalecimento dos pares como rede de apoio informal, capacitando-os a reconhecer sinais de risco e a buscar ajuda de forma autônoma. Essa articulação direta com os sujeitos cumpre com precisão a diretriz de proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Alinhando-se à perspectiva do desenvolvimento humano, os dados coletados junto aos adultos demonstraram que o enfrentamento à violência sexual requer uma abordagem comunitária. As oficinas com as famílias explicitaram que o ambiente doméstico muitas vezes reproduz lógicas de silenciamento por medo ou desconhecimento; os espaços de escuta empática e a entrega de folders informativos serviram para transformar os responsáveis em agentes ativos de vigilância e diálogo e acolhimento.

Por outro lado, a capacitação dos educadores sociais preencheu uma lacuna técnico-pedagógica urgente. Os relatos dos profissionais indicaram que a intervenção os instrumentalizou para a identificação precoce de indicadores comportamentais de sofrimento (como isolamento e regressões) e para o correto fluxo de encaminhamento ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Em suma, as descobertas desta pesquisa e relato de experiência validam que a violência sexual é um fenômeno persistente no território investigado, tornando imprescindível a continuidade de ações contínuas. A intervenção demonstrou a relevância do terceiro setor e do SCFV como aliados orgânicos da escola e do Estado, uma vez que a capilaridade comunitária dessas instituições confere a elas uma posição privilegiada para a prevenção, promoção de saúde mental e interrupção de ciclos de violações de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção psicossocial desenvolvida evidenciou a centralidade e a relevância do Terceiro Setor como agente político e pedagógico ativo na prevenção e no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. Ao ocupar o espaço estratégico do contraturno escolar, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) preenchem lacunas institucionais e operam como extensões da rede de proteção integral preconizada pelo ECA. A utilização de metodologias lúdicas e participativas adaptadas às diferentes faixas etárias e estendidas aos núcleos familiar e institucional, demonstrou ser uma tecnologia social eficaz, capaz de munir crianças, adolescentes, famílias e educadores com ferramentas essenciais para a identificação de riscos, soberania corporal e acionamento de canais de denúncia, como o Disque 100.

Os objetivos gerais do projeto de intervenção foram plenamente atingidos, uma vez que as ações não se limitaram a campanhas pontuais, mas fomentaram processos reflexivos contínuos e integrados no território do Planalto Catarinense. À luz do referencial teórico da Psicologia Social Comunitária e da perspectiva ecológica do desenvolvimento, o fortalecimento de vínculos promovido pelo SCFV consolidou-se como um espaço qualificado para a emancipação, autoproteção e promoção da saúde mental e social dos sujeitos assistidos.

Por fim, os achados reforçam que o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes não pode ser fragmentado. Conclui-se que o verdadeiro impacto social reside na articulação orgânica entre o Terceiro Setor, o Estado (através das redes de saúde, educação e assistência) e a comunidade, posicionando as OSCs como parceiras indispensáveis na garantia dos direitos fundamentais da infância e da adolescência em idade escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) e ao Núcleo de Estágio e Pesquisa em Psicologia Social Comunitária (NEPSICO) pelo suporte acadêmico e institucional. Estendo a minha gratidão à Organização da Sociedade Civil (OSC) parceira, aos seus educadores e às famílias, cuja acolhida e confiança tornaram viável a realização desta intervenção psicossocial e a construção deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**: Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF: MDS, 2009.

CAMPANHA NACIONAL FAÇA BONITO. **Metodologias e diretrizes para o**

enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2024. Acesso em: 2 abr. 2026. Disponível em: <https://www.facabonito.org/>.

CAMPOS, B. M.; SILVA, F. L.; ALBUQUERQUE, G. S. **O uso do diário de campo e da observação participante em pesquisas sociais:** Revista de Educação e Saúde, v. 5, n. 1, p. 45-58, 2021.

CHILDHOOD BRASIL. **O que é violência sexual contra crianças e adolescentes.** São Paulo: Instituto Childhood, 2022. Acesso em: 2 abr. 2026. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/>.

FLORENTINO, R. A. **Intervenções e prevenção no abuso sexual infantojuvenil:** Archives of Clinical Psychiatry, v. 43, n. 2, p. 89-94, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública:** 2023. São Paulo: FBSP, 2023. Acesso em: 2 abr. 2026. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>.

ROMARO, R. A.; CAPITÃO, C. G. **As faces da violência:** aproximações, pesquisas, reflexões. São Paulo: Vetor, 2007.

SILVA, M. T. **Violência sexual contra crianças:** intervenções de Organizações da Sociedade Civil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.